

Estudo sobre a percepção comunitária a respeito da pandemia (COVID-19) e do isolamento social em áreas de pobreza.

Resumo

A pandemia de COVID-19 transformou rapidamente o modo de vida da população brasileira. Investigou-se a percepção de moradores de ocupação urbana em relação a pandemia, pobreza, condições de moradia e medidas de controle recomendadas, mediante a análise de conteúdo de entrevistas realizadas com moradores da comunidade. Houve crescimento da ocupação em razão da chegada de novos moradores que perderam seus empregos, aumentando a densidade de moradias e pessoas, o que favorece a tensão social, disputa por água e risco de incêndios, e dificultando o distanciamento entre as pessoas. Crianças e adolescentes interromperam seus estudos. Ações de caridade como doações de alimentos e roupas foram essenciais para minimizar o impacto da falta de renda para necessidades básicas, denunciando a fragilidade das políticas de bem-estar social. Dentro dos limites do território da ocupação não há costume de uso de máscara por parte dos moradores. Percebe-se aumento da exclusão social em razão da desigualdade de acesso ao estudo remoto e ao *home office* via ferramentas digitais. A grave situação socio sanitária das comunidades mais pobres apresentou piora durante a pandemia, condição que pode ser percebida pelo discurso de moradores de ocupações urbanas.

Palavras-chave: Pandemias. Isolamento social. Infecções por Coronavírus. Quarentena. Áreas de pobreza.

Introdução

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) comunicou a existência de um surto de pneumonia de etiologia desconhecida, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Em janeiro de 2020, identificou-se um novo coronavírus como responsável por casos de pneumonia grave em pessoas que frequentaram mercado de frutos do mar.¹ Em pouco tempo já se sabia que o vírus se transmitia de pessoa a pessoa rapidamente.²

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS considerou esse surto como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, no mês seguinte, foi a vez do Brasil declará-lo Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).^{3,4}

Em março de 2020, a OMS declarou pandemia de COVID-19 e enfatizou a necessidade de medidas urgentes e agressivas a fim de suprimir e controlar a disseminação do vírus.⁵

A pandemia de Covid-19, assim como as demais epidemias de doenças infecciosas que assolaram a humanidade, não é democrática e atinge mais intensamente as comunidades mais pobres e que apresentam piores condições de vida. A desigualdade social e o aumento da pobreza, e do desemprego nos últimos anos acarretaram o aumento de pessoas vivendo em favelas e ocupações no Brasil. Jornalistas, cientistas, gestores públicos, entre outros membros da sociedade, interessaram-se pelos efeitos da pandemia nos grupos populacionais mais pobres, principalmente entre moradores de favelas.

A partir de experiência com programa de extensão universitária em curso em ocupação urbana e coordenado por um dos autores deste trabalho, investigou-se a opinião dos moradores a respeito da relação entre a pandemia, pobreza, condições de moradia e medidas de controle recomendadas.

Metodologia

Investigação qualitativa, exploratória, transversal que utilizou a análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco moradores da Ocupação Vila Paula, localizada na periferia de Campinas, município paulista a cerca de cem quilômetros da capital do estado.

A ocupação existe desde agosto de 2015 e, atualmente, abriga cerca cento e oitenta e cinco famílias. Todas as moradias são barracos de madeira. Não existe esgotamento sanitário e o acesso a água tem sido limitado a poucas caixas d'água distribuídas no território e de onde as famílias buscam água mediante mangueiras ou baldes. As vielas são estreitas e há elevada densidade de moradias e pessoas. Predominam crianças e adultos jovens e menos de 3% são idosos.

Atividades de extensão universitária e pesquisas de iniciação científica e pós-graduação desenvolvem-se no território da Ocupação Vila Paula desde janeiro de 2018. Isso permitiu a

criação de vínculo entre moradores e extensionistas e aquisição de conhecimentos a respeito do cotidiano da comunidade.

Os participantes de pesquisa são moradores da Ocupação Vila Paula (Campinas, SP), todos maiores de 18 anos.

O roteiro utilizado para realizar as entrevistas semiestruturadas continha perguntas sobre casos e mortes por Covid-19, mudanças no cotidiano das famílias e relação entre as medidas recomendadas para conter o avanço da Covid-19 e a pobreza e o fato de morar numa ocupação. Algumas das perguntas norteadoras foram: Quais medidas foram adotadas na comunidade por conta da pandemia? Há moradores que adoeceram da COVID-19? Qual sua opinião acerca do isolamento social? O que mudou na sua vida o novo coronavírus? Como sua vida mudou por conta do coronavírus? Qual a sua opinião sobre a relação entre as recomendações de isolamento social e a pobreza ou o fato de morar numa ocupação?.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e seu conteúdo analisado. Foram definidas as seguintes categorias de análise: Covid-19 na ocupação, medidas adotadas durante a pandemia, pobreza e pandemia.

Aspectos Éticos e legais garantidos aos participantes da pesquisa

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e respeitou as exigências da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo aprovado pelo parecer número 4.247.672. Os participantes foram convidados a colaborar de maneira voluntária mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e puderam se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Resultados e Discussão

Tendo decorrido pouco mais de um ano desde o início da pandemia, a percepção dos moradores da ocupação Vila Paula entrevistados (mencionados no decorrer do texto pela abreviação do primeiro nome. Ex: Ana mencionada como A) é de que foram poucos os adoecidos de Covid-19 e nenhuma morte por essa causa ocorreu naquela comunidade. Os poucos casos mencionados foram leves e não exigiram internação dos pacientes o que, muito

provavelmente, contribuiu para um menor grau de alarmismo em relação à pandemia, não obstante as notícias em sentido contrário veiculadas pela mídia.

Que eu sei, aqui ninguém pegou não. (Me)

Conheço, só uma menina. Ela estava grávida, para ganhar nenê, mas já está bem, ficou boa. Ela foi pro hospital ganhar nenê, e ainda tá usando máscara. Ela anda de máscara aqui na Vila. Faz mais ou menos um mês. Ninguém morreu, graças a deus. (N)

Teve sim, e que ficou isolado por um tempo, mas ninguém morreu, ou chegou a ser internado, alguns foram no hospital, mas falaram pra ficar isolado em casa. (M)

Ao ser perguntado sobre o motivo pelo qual a Covid-19 não fez vítimas graves ou provocou a morte de moradores da ocupação, um dos entrevistados ofereceu a seguinte explicação:

Eu creio que é Deus mesmo protegendo a gente, porque nós vivemos em contato com o lixo, com a sujeira o tempo todo. Um cuida o outro não... Eu cuido, meu vizinho não cuida, então fica a mesma coisa, porque um mora do lado do outro. Então eu creio que foi misericórdia de Deus, porque se fosse por causa da higiene, todo mundo estava contaminado. O pessoal acha que se o álcool que é para passar na mão ajuda, beber a pinga também, mas aí o pessoal divide o copo. (M)

Uma explicação plausível para as baixas incidência e mortalidade por Covid-19 relaciona-se à predominância de crianças e adultos jovens na comunidade, o que encontra respaldo no fato de que, em 2020, a doença atingiu e matou principalmente idosos e pessoas com comorbidades, como diabéticos, cardiopatas, pneumopatas, portadores de neoplasias malignas, entre outras. Estudo sobre as primeiras 250.000 internações no Brasil entre 16 de fevereiro e 15 de agosto de 2020 revelou que 53% desses pacientes tinham 60 anos ou mais e 84% tinham uma ou mais comorbidades.⁶ De acordo com relatos de entrevistados e observações realizadas durante atividades assistenciais levadas a cabo como parte de programa de extensão universitária, casos da doença aumentaram apenas a partir dos primeiros meses de 2021, coincidindo com o surgimento de novas variantes que mudaram o comportamento da doença atingindo de forma intensa e grave também os jovens.⁷

No que diz respeito ao impacto da pandemia no território estudado, alguns aspectos merecem destaque em razão de sua importância maior em ocupações relativamente recentes, onde residem famílias recém chegadas de diferentes bairros, cidades e estados, e, portanto, ainda construindo vínculo com o território.

Segundo uma entrevistada, a pandemia "veio para acabar com as pessoas, muita gente está sem trabalho, muita gente não sai está ficando dentro de casa, muita gente ficando com depressão, ficando doente por causa da pandemia". (N)

O distanciamento de familiares que permaneceram para trás e que deveriam se juntar posteriormente aos novos moradores da ocupação, mas que foram impedidos de fazê-lo em razão da dificuldade de trânsito entre diferentes pontos do país, perda do emprego e impossibilidade financeira de realizar a viagem e sobreviver em outra cidade, provocou sofrimento e sensação de impotência diante do flagelo. Uma entrevistada, muito emocionada e com lágrimas nos olhos, relatou como a pandemia mudou sua vida:

Muitas coisas. Eu vim para cá para arrumar emprego. Meu marido conseguiu, eu ainda não. Cheguei aqui bem no começo da pandemia, no fim de 2019. Eu vim para cá para tentar melhorar nossas condições financeiras. [...] Eu vim de lá, larguei meus pais, e eu estou com muita saudade deles. (N)

Seu filho, uma criança em idade escolar, revelou-se sensível ao sofrimento da mãe e comentou, durante a entrevista, que ela estava triste porque não podia visitar os pais na Bahia.

As crianças fora da escola também são motivo de preocupação dos pais. "Tá perdendo aula, né. Não tá aprendendo as coisas." (Me) Meu menino está muito triste, ele quer voltar para a escola, brincar com os coleguinhas...As coisas são muito difíceis." (N)

Num território de muita pobreza, caracterizado por moradias constituídas por barracos pequenos e com temperatura do ambiente interno elevada, com número elevado de pessoas morando em cada cômodo se comparado com outros agrupamentos populacionais, onde praticamente nenhuma família tem computador, torna-se praticamente impossível a continuidade dos estudos em casa, no formato remoto.

Em qualquer momento do dia é possível observar crianças brincando nas praças, ruas e vielas da ocupação, pois não estão efetivamente estudando, ao contrário do que se observa com crianças de famílias menos pobres, que dispõem de computador, rede de internet adequada e

condições de moradia menos precárias, o que permite algum movimento no sentido de acompanhar aulas e realizar tarefas no formato não presencial.

Tal cenário já existia antes da pandemia, mas permanecia, de certa maneira, escondido pela existência de aulas presenciais. Com o fechamento temporário e prolongado das escolas a iniquidade no ensino tornou-se ainda mais gritante e mereceria atenção prioritária tão logo as aulas fossem retomadas, pois há considerável risco de que as perdas sejam irrecuperáveis.

Além de espaço de aquisição de conhecimentos, as escolas contribuem, em alguma medida, para a socialização, desenvolvimento integral do cidadão e garantia de segurança alimentar mínima, o que foi seriamente comprometido com a interrupção das aulas. Moradores afirmam que a oferta de merenda escolar não tem acontecido e que a maioria das crianças não tem sido capaz de realizar tarefas e avaliações encaminhadas por WhatsApp aos pais dos alunos, tendo como fator agravante o fato de que é frequente vários irmãos dependerem de apenas um telefone celular que também é usado pelos pais.

A transferência do processo ensino-aprendizagem para o lar, exigindo maior grau de autonomia dos alunos na organização de seus estudos e maior protagonismo dos pais, se revelou infrutífera em vários aspectos haja visto o contexto no qual isso se deu. As dimensões reduzidas e temperaturas elevadas no interior dos barracos, alta densidade de pessoas por moradia, maior tensão social entre familiares - violência contra mulheres e crianças, baixo grau de escolarização dos adultos, necessidade de trabalhar fora de casa e precário acesso a tecnologias digitais estão entre os fatores que determinaram o fracasso dessa iniciativa entre a população mais pobre. Uma adolescente atribuiu aos conflitos familiares e adoecimento do bisavô a dificuldade de cumprir com as demandas escolares. Não recebeu apoio por parte da escola, mas sim a cobrança de entregar duas tarefas em dois dias sob o risco de perder a vaga na escola. Em outras palavras, corre-se o risco de que tais tarefas tenham finalidade puramente burocrática, útil para a prestação de contas das instituições de ensino, para compor estatísticas que poderão esconder a gravidade do problema, e não necessariamente contribuir para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Várias falas remetem à importância do auxílio emergencial para a sobrevivência. A taxa de desemprego elevada coincidiu temporalmente com o recuo da economia e aumento da inflação atingindo mais profundamente as pessoas muito pobres. Para estes, o auxílio emergencial significava a diferença entre fazer ou não mais do que uma refeição ao dia.

Mas é muita gente ficando desempregada. [...] Tem muita gente que não está conseguindo emprego e está passando necessidade. [...] muitos não tem nada na geladeira, nada para comer, é muito triste. (N)

Essas coisas com o preço subindo, não tem nem como comprar, está tudo caro. Tá todo mundo reclamando. (M)

É, eu precisei do dinheiro, me socorreu, utilizei para me alimentar, pra conseguir trabalhar e agora acabou... Mas tá vindo outro, tá demorando, mas se vier vai ser bem vindo. (M)

A interrupção do auxílio emergencial foi mais cruel com a fatia da população que não tinha reservas, encontrava-se desempregada ou dependia de subempregos, como é o caso de grande parte das famílias da ocupação Vila Paula. Há o entendimento de que "o governo poderia ajudar mais os bairros pobres"(N). A fragilidade de políticas de bem estar social fez-se sentir de forma mais acentuada nesse grupo populacional que dependeu, em parte, de ações de caridade para sua alimentação. Foi durante a pandemia que se observou "reduções no orçamento tanto no Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida quanto no Programa Bolsa Família"^{8, p.975}.

Outro impacto da pandemia na ocupação corresponde à chegada de novos moradores, pois a ocupação funcionou como espaço capaz de acolher famílias de pessoas desempregadas. A chegada de mais moradores acarretou aumento da densidade populacional e de barracos durante a pandemia, com conseqüente disputa pelo acesso à água, tensão social e risco de ocorrência de incêndios graves como aquele ocorrido no final de setembro de 2020, quando cerca de 120 pessoas se viram, de uma hora para outra, privados de seus lares, o que deixou marcas materiais e psíquicas ainda não totalmente resolvidas.

Em áreas de grande pobreza e sem infraestrutura sanitária adequada, o acesso a água é determinante social em saúde relevante. A chegada de novas famílias não se acompanhou no seu início do aumento da oferta de água e foi necessário apertar ainda mais o rodízio que existia para que cada família buscasse água nas poucas caixas existentes, valendo-se de baldes ou mangueiras. Chegou-se ao limite de só poder buscar água a cada três dias, o que dificultou em grande medida os banhos e lavagem de roupas e louças. Mais recentemente, foram instaladas caixas d'água e canos em várias casas, levando algum conforto aos moradores que passaram a poder tomar banho de chuveiro e lavar louça em pias das cozinhas. Contudo, o fato desses reservatórios de água estarem fixados em estruturas de madeira ao ar livre e sob o

sol faz com que nos dias quentes a temperatura da água seja tão alta que impossibilita o banho e o uso da água nas pias a não ser a partir de tarde da noite até o meio da manhã. "Não vem água gelada, a caixa esquentada. De tarde mesmo, a partir de meio dia não dá nem pra lavar louça, é tipo água fervida. Não é nem morna, é fervida, arde". (C)

Segundo alguns entrevistados, a proximidade dos barracos e as vielas muito estreitas são fatores que facilitam a transmissão do vírus entre os moradores, desafiando qualquer tentativa de distanciamento social. Além disso, muitas famílias dependem umas das outras para construir ou reformar seu barraco, instalar as caixas d'água e canos, fazer as fossas, etc, de forma que não há como cada família ficar isolada em sua casa, sem contato com os vizinhos.

Não dá, aqui na Vila Paula a maioria depende um do outro. Eu dependo daquele ali, o outro depende de mim pra ajudar ele. E também as vielas são muito estreitas, as casas são muito coladinhas, então a distância é mínima... É bem diferente de um bairro rico, onde cada um tem um limite. (M)

As pessoas aqui não estão isoladas como o governo está pedindo. (N)

As recomendações para ficar em casa, de isolamento social, têm sua importância reconhecida pelos moradores da ocupação, porém estes entendem que não há possibilidade de segui-las à risca como aconteceria em bairros ricos. Um dos motivos é o calor dentro dos barracos, cobertos com telhas de eternit, com poucas janelas e mal ventilados, o que empurra os moradores para áreas externas, preferencialmente sob copas de árvores, espaços estes propícios para aglomeração de pessoas.

Dificulta porque é muito quente. Às vezes eu abro o portão, pro meu menino ficar brincando na garagem, pra refrescar um pouco, mas é muito quente aqui. Ainda que a minha casa aqui é mais fresca um pouco, minha cunhada saiu do barraco dela, que é mais fechado e bem quente, para ficar aqui um pouco. (N)

Estudo realizado em 2003 na favela de Paraisópolis revelou que as temperaturas foram até 3°C mais elevadas dentro da favela do que fora dela durante o dia.⁹ A tentativa de alcançar conforto térmico mediante o uso de ar condicionado não é possível na ocupação Vila Paula seja porque as famílias não têm condição financeira de comprar os aparelhos seja porque a instalação elétrica é de qualidade precária e insuficiente para dar conta de toda a comunidade, sendo comum haver queda de energia durante os períodos do dia de maior consumo. O uso de

ventiladores é comum e quase que indispensável, porém não suficiente para proporcionar conforto térmico suficiente para que se possa permanecer dentro de algumas moradias e muito menos realizar atividades escolares ou profissionais.

De acordo com Pasternak^{10, p.51}, seria esperado que as pessoas passassem "80% a 90% do dia em meio ambiente construído e a maioria desse tempo em casa", o que seria adequado para o isolamento social. Contudo, dadas as condições de moradia da ocupação, a maioria dos moradores busca locais ao ar livre, em geral sombreados, nos horários de maior calor a fim de fugir do desconforto térmico no interior de seu lares.

O trabalho em casa ou *home office* não é uma realidade na ocupação Vila Paula. "A maioria que trabalha sai de casa. É bem difícil trabalhar de casa. A minha internet é bem boa, mas é mais celular. Computador, se tiver, é bem pouca gente que tem." (N)

A maioria dos trabalhadores residentes na ocupação exerce atividades que exigem sair do território e usar transporte público. Predominam as ocupações relacionadas à construção civil, limpeza e de doméstica, assim como o trabalho informal e coleta e venda de produtos recicláveis. Esta última atividade é comum entre trabalhadores informais da ocupação e foi igualmente afetada pela pandemia: "Atrapalhou. Tem lugar que o pessoal nem te atende, fui buscar um material e o filho do senhor pediu para dar um tempo, que o pai dele precisava ficar isolado, que era de idade". (M)

No que se refere ao mercado de trabalho, a pandemia atingiu "com maior intensidade a população que vive na informalidade e reside em áreas precárias". (Costa, 2020) Além do perfil ocupacional dos moradores há que se ponderar que qualquer tentativa de *home office* esbarraria na barreira do acesso e capacitação digitais limitados. "No máximo tem um celularzinho". (C) Portanto, discussões sobre essa modalidade de exercício profissional não fez sentido ou interessou aos moradores da ocupação, diferentemente do que se observou entre as classes sociais mais altas.

Uma das ferramentas que mais se desenvolveu durante a atual pandemia foi a prática de ações de saúde à distância, conhecida como telessaúde. Pode ser empregada para consultoria, diagnóstico, monitoramento, regulação, educação, segunda opinião formativa e consulta.¹¹ Na atenção básica foi muito útil para rastreamento e triagem de pessoas suspeitas de Covid-19, seguimento de pacientes após a alta e acompanhamento de portadores de doenças crônicas e gestantes sem que precisassem comparecer às unidades básicas de saúde. Muito provavelmente, várias das práticas realizadas por telessaúde permanecerão incorporadas ao

cotidiano do SUS mesmo após o controle da pandemia. Caberá aos gestores e equipes de saúde da família cuidarem para que a telessaúde funcione como ferramenta de inclusão e não de exclusão de grupos populacionais mais pobres, com menor grau de escolaridade e menor acesso a equipamentos e saber digital. O acesso a telessaúde poderia ser incorporada ao rol de determinantes sociais em saúde já estudados por Castelaneli et al.¹² na Vila Paula.

Dentro da ocupação é raro encontrar alguém usando máscara, chegando a ser estranho e incômodo usar quando ninguém mais usa. Segundo uma entrevistada, as pessoas usam máscara “só quando tem aglomeração, doação de alguma coisa [...] no dia a dia nunca vi ninguém usando”. (C) É como se o uso fosse necessário ou exigido apenas para fora dos limites do território da ocupação. Uma das explicações dadas é que as pessoas usariam a máscara fora da ocupação por receio de multa, o que não ocorre na Vila Paula. Os coordenadores recomendam o uso e orientam aos moradores com sintomas a não saírem de casa.

Os entrevistados reconhecem que o uso da máscara é a atitude correta, mas pouco frequente.

Nas vielas, dentro da Vila Paula eu não uso. Aqui é muito difícil ter movimentação de fora, só as pessoas da comunidade mesmo. As pessoas usam máscara só para ir trabalhar ou ir ao mercado. (N)

Não, não estão usando máscara. (M)

Eu concordo com o uso da máscara, com o uso do álcool, de participar da limpeza da reciclagem pra que isso não contamine (as pessoas). Eu trabalho com reciclagem, então eu sempre tenho que estar preparado, com máscara, com álcool em gel. São coisas que eu concordo, mas que eu não estou fazendo, eu estou muito relaxado com essa parte, do álcool e da máscara. Esqueço de usar o álcool, a máscara. Quando eu vejo eu tô colocando a mão na máscara, eu acho errado. (M)

Não, a maioria não usa, a não ser para entrar no mercado, quando o proprietário pede para usar, ou não deixam entrar, senão todo mundo entrava sem máscara. (M)

É como se todo o território da ocupação fosse um grande condomínio, dentro do qual fosse tolerado circular sem máscara, como se toda a área externa fosse continuação do interior das casas, ainda que nem todos os moradores sejam amigos e convivam de forma próxima. O

risco de tal comportamento, associado ao entra e sai frequente de moradores que dependem do comércio vizinho ou que trabalham fora da ocupação, é o surgimento de um surto de Covid-19 num futuro próximo haja vista que o vírus passou a atingir mais gravemente os adultos jovens e crianças.

Há a percepção entre os entrevistados de que a desigualdade social aparece claramente no contexto da pandemia: O rico “pode ficar em casa, no ar condicionado, tem dinheiro, não precisa sair pra trabalhar [...] muitos tem aquele dinheirinho guardado e não precisa sair para trabalhar. Pobre não, pobre precisa sair todos os dias senão não tem o que comer”. (C)

Segundo Rocha et al¹³, o comportamento da pandemia de Covid-19 no Brasil obedece mais a fatores de desigualdade social do que a outros fatores como idade, estado da saúde e presença de fatores de risco.

Souza^{14, p.24}, ao estudar a concentração de renda no Brasil entre 1926 e 2013, afirma que “Somos um país com alto grau de desigualdade, cuja característica mais marcante e visível é precisamente a concentração de renda e riqueza em uma pequena fração da população”. Segundo esse autor, não há razão para ficarmos otimistas de que a desigualdade social irá diminuir mediante reformas graduais e duradouras que não interessam aos ricos, detentores de recursos políticos e econômicos usados a favor da manutenção das vantagens já alcançadas. Mudanças de concentração de renda seriam mais prováveis em momentos de crises, quando os arranjos institucionais estariam revelariam-se mais frágeis. Esse poderia ser um legado desta pandemia, o que, infelizmente, não parece estar acontecendo. Portanto, é muito provável que os problemas enfrentados pelos moradores da ocupação Vila Paula durante a pandemia de Covid-19, e que se relacionam às enormes desigualdades sociais do país, se perpetuem e ganhem novamente visibilidade, ainda que transitória, por ocasião de futuras epidemias.

Considerações finais

A pandemia de Covid-19 colocou em evidência antigas e persistentes iniquidades presentes no Brasil. A população sentiu falta de políticas públicas de bem-estar social amplas e eficazes para garantir renda e trabalho capazes de minimizar os efeitos do flagelo. Os estragos foram mais acentuados entre os mais pobres. O estudo da pandemia numa ocupação recente, ainda sem organização social robusta e com infraestrutura precária, permitiu conhecer mais em profundidade e acerto seus efeitos entre os mais pobres, a partir da fala de seus moradores.

Destacaram-se o crescimento da ocupação em razão da chegada de novos moradores que perderam seus empregos e renda, aumentando a densidade de moradias e pessoas, o que favorece a tensão social, disputa por água e maior risco de incêndios, e dificulta o distanciamento entre as pessoas; a interrupção dos estudos por parte de crianças e adolescentes; maior dependência de ações de caridade como doações de alimentos e roupas; o não uso de máscara dentro dos limites da ocupação; a exclusão social em razão da desigualdade de acesso ao estudo remoto e *home office* via ferramentas digitais.

O contexto político atual caracterizado pela diminuição do Estado de bem-estar social e valorização de medidas neoliberais permite vislumbrar um futuro sombrio para os moradores de ocupações urbanas que não têm como aguardar que a economia do país cresça e a distribuição mais justa de renda aconteça, o que, aliás, não se enxerga no horizonte brasileiro.

Referências Bibliográficas:

1. Zhu N, Zhang D, Wang W, et al. A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019. *New England Journal of Medicine* [internet]. 2020 Feb [acesso em 2021 Abr 14]; 382(8):727-733. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmoa2001017>.
2. Li Q, Guan X, Wu P, et al. Early Transmission Dynamics in Wuhan, China, of Novel Coronavirus–Infected Pneumonia. *New England Journal of Medicine* [internet]. 2020 Mar [acesso em 2021 Abr 14]; 382(13):1199-1207. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/nejmoa2001316>.
3. World Health Organization [internet]. WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV). [data desconhecida] [acesso em 2021 Abr 14] World Health Organization; [data desconhecida] [acesso em 2021 Abr 14]. Disponível em: <https://www.who.int/>.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n° 188, de 3 de fevereiro de 2020. Decreto que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). *Diário Oficial da União*. 3 Feb 2020. [acesso em 2021 Abr 14]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>.
5. World Health Organization [internet]. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. [2020 Mar 11] [acesso em 2021 Abr 14]. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/public/manualvancouver.pdf>.
6. Ranzani OT, Bastos LSL, Gelli JGM, et al. Characterisation of the first 250 000 hospital admissions for COVID-19 in Brazil: a retrospective analysis of nationwide data. *Lancet Respir Med* [internet]. 2021 Abr [acesso em 2021 Abr 14]; 9:407–18. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2213-2600%2820%2930560-9>.
7. Freitas ARR, Beckedorff OA, Cavalcanti LPG, et al. The emergence of novel SARS-CoV-2 variant P.1 in Amazonas (Brazil) was temporally associated with a change in the age and gender profile of COVID-19 mortality. *SciELOPreprints* [internet]. 2021 Mar [acesso em 2021 Abr 14]. No prelo 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2030/version/2150>.
8. Costa SS. Pandemia e desemprego no Brasil. *Rev. adm. pública (Online)* [internet]. 2020 Jul-Ago [acesso em 2021 Abr 14]; 54(4):969-978. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v54n4/1982-3134-rap-54-04-969.pdf>.

9. Silva EN, Ribeiro H. Alterações da temperatura em ambientes externos de favela e desconforto térmico. Rev. Saúde Pública [internet]. 2006 Ago [acesso em 2021 Abr 14]; 40(4):663-70. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000500016.
10. Pasternak S. Habitação e saúde. Estud. av. (Online) [internet]. 2016 [acesso em 2021 Abr 14]; 30 (86):51-66. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n86/0103-4014-ea-30-86-00051.pdf>.
11. Caetano R, Silva AB, Guedes ACCM, et al. Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. Cad. Saúde Pública [internet]. 2020 Jun [acesso em 2021 Abr 14]; 36(5):1-16. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v36n5/1678-4464-csp-36-05-e00088920.pdf>.
12. Castelaneli IKM, Vilela MFG, Bedrikow R. Na ausência de endereço, onde mora a saúde? Saúde debate 2019 Ago; 43(N. Especial 8):11-24.
13. Rocha R, Atun R, Massuda A, et al. Effect of socioeconomic inequalities and vulnerabilities on health-system preparedness and response to COVID-19 in Brazil: a comprehensive analysis. Lancet Glob Health [internet]. 2021 Apr [acesso em 2021 Abr 14]; [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(21\)00081-4](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(21)00081-4). Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214-109X%2821%2900081-4>.
14. Souza HGF. Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926-2013. 1. Ed. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018. 421 p.